

OS ARREPENDIDOS DA INDEPENDÊNCIA ARGENTINA (*).

ENRIQUE DE GANDIA.

da Academia Nacional de la Historia (Buenos Aires).

O desalento e o arrependimento foram as notas mais agudas nos homens que se acharam à frente dos novos destinos das Províncias Unidas. Pouco antes e pouco depois da declaração da independência, 9 de julho de 1816, não faltavam espíritos que dessem metade de sua vida para voltar aos anos anteriores a 1810. A luta pelo auto-governo trouxera a anarquia, desterros, confiscos, ódios, mortes. Isto viam e compreendiam os políticos fracassados, os que tremiam frente ao anúncio, muitas vezes repetido, da expedição espanhola, os que haviam sido expatriados e acreditavam que com sua ruína se desfazia a pátria nascente.

O estudo psicológico dos caracteres de muitos homens daqueles anos não foi empreendido pelos nossos historiadores; porem, alguns desvendaram documentos eloquentes que revelam as confidências, as inquietudes e os verdadeiros sentimentos de personagens que, a miudo, se apresentam com roupagens distintíssimas. Desde Adolfo Saldías até Emílio Ravignani, uma documentação desconhecida em outros tempos, ou pelo menos, silenciada, revelou verdades que alguns historiadores tinham preferido anular. A história não é defesa nem acusação, é exposição, ressurreição, mostra límpida do que aconteceu. Cada leitor julga e, se puder, compreende. A história deve ser compreensão. Por outro lado, as claudicações de alguns realçam os méritos dos que tiveram confiança e coragem, fé em sua obra e em seus ideais e força para continuar lutando e fazer frente à qualquer ataque. Os defeitos de uns salientam os méritos de outros. Por conseguinte, nada deve ser calado. A exposição da verdade amplia o campo magnífico do passado para sua análise, sua investigação e seu entendimento lumino-

(*) . — Texto espanhol traduzido por Maria Lúcia Galvão Carneiro
(Nota da Redação).

so. Por esta razão é que os estudiosos atuais, com critérios superiores, muito diferentes dos antigos que pretendiam escrever história moralizadora, cinicamente enganadora, não temem exhibir documentos e fatos que sem dúvida deslustram algumas atitudes e, simultaneamente enaltecem outras.

A revolução de Fontezuelas, a 3 de abril de 1815, levou ao des-terro homens que acreditavam ser donos de seu país. Decepcionados, pobres, temerosos, pensaram que com seu fracasso nenhum de seus ideais sobreviveria. Seu desalento tem sido investigado, com erudição e com arte, por um historiador livre de preconceitos e compromissos, Ricardo Piccirilli. Seu livro *Argentinos no Rio de Janeiro. Diplomacia. Monarquia. Independência* (1), é um espelho fiel de homens e momentos que poderiam ter consequências terríveis nos destinos da Argentina e que passaram semi-inadvertidos graças à firmeza e à energia dos autênticos construtores de nossa pátria. Os documentos reproduzidos por Ricardo Piccirilli falam com uma eloquência única. Eles dirão ao leitor o que raramente tem sido dito.

Em data de 5 de agosto de 1815, o intendente de polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes de Viana, apresentou um informe ao príncipe regente de Portugal, D. João, marido da infanta Carlota Joaquina. Começou dizendo que os coroneis e oficiais chegados de Buenos Aires e Montevideo haviam sido considerados traidores pelo novo governo argentino. Estudara-os muito bem e deles dizia, com exatidão, que

“alguns já estavam desenganados de se poder sustentar na revolução que iniciaram, e outros estavam arrependidos”.

Todos esperavam a expedição espanhola.

“Esperava-se que todos lavassem as mãos, unindo-se àquelas forças se seu general o quisesse, sendo isso considerado um bom serviço ao senhor Fernando VII que declarara perder vassallos”.

Era conveniente, portanto, que esses homens ficassem no Brasil, aguardando a expedição, “para tornar a servi-lo”.

Nicolás de Herrera era outro rioplatense que lamentava os acontecimentos desde o 25 de Maio de 1810. Suas confidências, em carta a José Rondeau, há anos publicada na *Comisión de Bernardino Rivadavia ante España y otras potencias de Europa. 1814-1820* (2)

(1). — Buenos Aires, Bleamar, 1969.

(2). — Buenos Aires, 1933-1939. Tomo II.

datada do Rio de Janeiro a 22 de agosto de 1815, e igualmente reproduzida por Piccirilli, diz o seguinte:

“Buenos Aires, o povoado mais rico e formoso do Rio da Prata, feito um deserto, e seus campos, um teatro horroroso de sangue e desolação: o comércio fechado, o povo miseravel, e os diferentes governos independentes que criaram a anarquia, sem recurso algum, nem para sustentar a guerra, nem sua própria existência: de modo que, depois de uma luta sangrenta cerca de seis anos, a pátria encontra-se desolada, sem dinheiro, sem indústrias e sem soldados, sem sossego e sem esperança de poder vencer os riscos que a ameaçam de todas as partes: considerai qual não é minha angústia com o espírito agitado por tão tristes reflexões...”.

Herrera estava desenganado. Não acreditava na independência nem na república e pensava que era preciso voltar aos tempos da monarquia. Eis aqui suas palavras:

“E não há salvação para nossa própria pátria? E se perderá eternamente o fruto de tantos trabalhos? Não haverá algum remédio para tantos males? Sim, meu amigo: creio que há um recurso e único no conflito de tantas circunstâncias fatais. Não te assombres por ve-lo escrito por minhas mãos, pois, mesmo tendo sido republicano, e acreditasse que a América devia e podia defender sua independência, deixei de o ser, no momento que conheci a inutilidade de tal fato. É preciso que nos preocupemos com assunto de tanta gravidade...”.

Herrera declarava seu pessimismo e sua desolação. Se em cinco anos de guerra não se havia podido chegar a uma situação segura, muito menos podia-se sonhar com um triunfo definitivo com uma expedição espanhola próxima a chegar ao Rio da Prata e com o apêlo terminante e valiosíssimo dado a Espanha por nada menos que a Grã-Bretanha e Portugal. Era uma loucura continuar combatendo. A razão e fatos pavorosos o obrigava a assim compreender.

“Se o Rio da Prata não tinha podido, em mais de cinco anos de guerra, avançar em suas empresas, com grandes recursos, com um governo central que dirigia a massa do povo, e sem inimigos poderosos, quem poderia imaginar que pudesse realizar seus projetos agora que o estado está sem fundos, o povo dividido, a capital separada em partidos, as famílias ressentidas, os cidadãos

pobres e todas as províncias em completa anarquia? Agora que é preciso consumir a força armada nas empresas da guerra civil; agora que a Espanha livre de atenções amplia todos os seus recursos para enviar expedição às nossas costas, bloquear o rio e despojar o governo até dos tristes proventos que lhe deixa o seu comércio agonizante? Agora que a Inglaterra acaba de oferecer à Espanha, por tratado solene, concurso ativo para trazer as províncias dissidentes à obediência de seu legítimo Soberano? Agora que Portugal estreitando suas relações com o rei novos enlances na família, tem um interesse grande na pacificação deste continente? E, se não há esperança de vencer, que utilidade tem a continuação da guerra? Será justo abandonar a sorte de nosso país às contingências e ao desespero?"

Com efeito: não era justo viver no desespero. Somente as siglas, a paz, o comércio, as indústrias, podiam levar à idade da emancipação. Os povos, então, constituir-se-iam em nação independente pela marcha mesma da natureza. Não adiantava alucinações. A América não podia governar-se por si mesma. Faltava-lhe idade e amadurecimento

"e jamais ficará tranquila se não tiver à sua frente uma pessoa que se imponha ao povo pela magestade do trono".

A partir de 1810 todos os governos haviam desaparecido

"antes de um ano de sua instituição porque o povo não podia permitir que um igual o dominasse muito tempo como monarca".

Enquanto os cidadãos pudessem aspirar à magistratura máxima, haveria revoluções. A ambição sempre levantar-se-ia contra as autoridades constituídas. Herrera falava a Rondeau com plena confiança. Se queriam, se necessitavam a paz,

"não havia outro recurso que uma reconciliação com o rei. Reconheço que a multidão fará oposição, porém, o povo sempre segue, nestes casos, o impulso da força armada".

O leitor alheio a estes segredos, tanto de outro país como de outra época, dos tempos felizes em que todos os personagens de nossa história eram heróis a cavalo ou doutores com um livro na mão, poderá dizer, com razão, que esta é uma história de traidores. Na verdade é, sem discussões, digam o que quiserem os cultores virginais ou

cínicos da grandeza moral dos próceres. Nicolás Herrera, depois de refletir sobre a inutilidade da luta pela liberdade e dos sofrimentos até então passados, fazia a Rondeau uma bela proposta, a seu juízo muito patriótica: o induzia a cometer algo que qualquer código militar castiga, sem vacilar, com fuzilamento imediato.

“Tu — diz — te encontras, por sorte, na situação mais feliz para dar este passo que o bem da nossa pátria reclama com urgência. Tu — continuava o intrepido Herrera — podes capitular com Pezuela sob condições honrosas e de justiça, ou ao menos incitar o governo de Buenos Aires, como chefe supremo que eras das províncias, para que negocie uma composição com o ministro espanhol que lá se encontra com plenitude de poderes e cujo caráter benéfico e generoso nos promete um tratado muito vantajoso”.

Herrera tentava converter Rondeau em outro traidor. Tinha a esperança que o governo de Buenos Aires também atraísse todos os ideais até então sustentados. Para convence-lo para que Rondeau atraísse para a grande traição a outros políticos enumerava as promessas que lhe fizera o ministro espanhol e o que esperava que sucedesse ao entregarem-se à clemência de Fernando VII:

“Não hesites, Pepe, num negócio em que todos os momentos contam, não duvides do cumprimento fiel do que se estipula, porque o rei e a nação têm como fim positivo ganhar o coração dos povos ultramarinos com atos de generosidade e clemência. Tu me conheces e sabes que não sou capaz de nada que seja contra a pátria e seus interesses. Tu serás um general da nação; todos os oficiais do exército conservarão suas patentes, respeitar-se-á todas as propriedades e empregos; as famílias tornarão a seus lares sem que jamais se lhes peça contas do passado, e talvez o rei consinta na liberdade mercantil...”.

Era necessário entregar-se, render-se, apenas com a esperança do perdão e de uma possível liberdade mercantil. A escola de Carlos de Alvear fazia caminho. Era, simplesmente, a história das traições que avançava. O comodoro Bowles, como recorda Piccirilli, conhecia muito bem os caminhos patrióticos de Alvear e já em 26 de janeiro de 1815 havia informado ao secretário do almirante que Alvear desenganara-se de seus sonhos de liberdade e independência e que era absolutamente necessária a intervenção de um protetor forte para livrar o país da guerra civil e da miséria. Devia-se a ele a missão de Manuel de Sarrates a Europa para que se voltasse de algum modo à monar-

quia e ao governo espanhol. Alvear procurava garantia para sua segurança pessoal. O destino da nação pouco o interessava. Afortunadamente, na pátria havia outros homens: San Martín, Pueyrredón, Belgrano, que estimularam os homens de Tucumán a declarar a independência das Províncias Unidas da América do Sul a 9 de julho de 1816. Enquanto uns argentinos declaravam ao mundo a independência de todo o continente hispano, outros argentinos pediam insistentemente no Rio de Janeiro ao governo português e ao governo inglês que invadissem as províncias do Rio da Prata

“a fim de tomar posse delas e de apaziguar a desordem que se supõe lá existir”.

O norte-americano Guillermo Pio White, o mesmo que revelou, indignado, que Martín de Alzaga fora o político que fez cair o governo do último vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros, em maio de 1810, prestara-se a solicitar ao General Beresford, tristemente célebre na primeira invasão inglesa, que voltasse a Buenos Aires para conquistar a cidade, pois era homem que tinha um

“conhecimento prático do país e de sua defesa”.

Beresford podia comandar, tranquilamente, as forças portuguesas. Tudo isto lhe fora revelado pelo periódico *O Censor*, a primeiro de agosto de 1816. Manuel José García queria explicar a Pueyrredón que o documento revelado pelo *O Censor* e assinado por Miguel de Irigoyen e Francisco Antônio de Escalada, na realidade, havia sido escrito por Peña, pelo doutor Vidal e um tal Palacios,

“promovendo os interesses da princesa Carlota”.

As afirmações de García não convenciam aos críticos sensatos. A única coisa certa, como diz Piccirilli, é que os portugueses invadiram o lado oriental

“sem importar-lhes nem pouco nem muito a situação da Espanha como aliada, nem os compromissos contraídos com as Províncias Unidas do Rio da Prata”.

A traição dera seus frutos.

E os traidores eram muitos. Aí estava Carlos de Alvear, com suas incríveis propostas ao regente de Portugal,

“para que aceitasse ser o soberano daquelas províncias”,

como dizia o intendente de polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes de Viana, e ao rei de Espanha, jogando-se ao solo. E, junto a ele, o incrível Manuel José García, o qual, segundo o mesmo intendente de polícia, aconselhava a seus amigos portugueses

“que entremos pelo campo até Montevideo, porque assim os de Buenos Aires, conscientes do que poderiam esperar, não receberiam a Artigas quando quisesse unir-se a eles, nem teriam que desconfiar de nós e voltar-se contra nós, porque estariam enterrados no negócio...”

Pueyrredón, como anota perfeitamente Piccirilli, estava de acordo com o Congresso de Tucumán em enviar uma

“missão reservadíssima ao Brasil para que conseguisse o reconhecimento da independência e, no caso de não consegui-lo, propusesse a coroação de um infante do Brasil para as Províncias, ou de outro qualquer infante estrangeiro, contanto que não fosse de Espanha, para que, unindo-se com alguma das infantas do Brasil, governasse este país baixo uma Constituição que deverá apresentar ao Congresso”.

Chamberlain, com respeito às intenções portuguesas, explicou com nitidez a lord Castlereagh desde o Rio de Janeiro, a 20 de julho de 1816:

“Este propósito, milord, é nada menos que apropriar-se de todas as províncias que constituíam o vice-reinado de Buenos Aires mediante um acordo secreto com as personalidades à frente dos governos locais e anexa-las ao reino do Brasil com o título de Império da América do Sul”.

Manuel José Garcia repetia constantemente ao encarregado de negócios da Espanha, Andrés Villalba, o arrependimento e desengano de muitos homens de Buenos Aires. Escrevia num informe de 6 de março de 1815 que García

“nos deu uma idéia das mais lisongeiras do modo atual de pensar dos que têm maior influência naquele governo, e do verdadeiro estado daquelas províncias, e nos disse que de tão desengoados, quase todos desejavam de coração uni-se e reconciliar-se

com a Espanha e, que só pela desconfiança que tinham de não serem tratados com certa consideração, não haviam ainda feito cessar todas as desordens; já sabem que não podem subsistir por si sós e que o apóio de qualquer potência estrangeira seria tão duro para eles como ruinoso para a Espanha...”

O Congresso de Tucumán distraia o povo com projetos para o estabelecimento de uma monarquia independente, incluindo uma restauração dos incas. O comodoro Bowles informava a seu governo que esses projetos não eram sérios e só serviam para distrair a atenção pública dos seus reais desígnios, ou seja, a entrega a Portugal.

O encarregado de negócios espanhol, d. Andrés Villalba, respondeu a Manuel José García a 20 de julho de 1816: onze dias depois da proclamação da independência. Diz-lhe que havia recebido sua carta de 18 do corrente.

“E inferindo da pergunta que me é feita em sua carta, que cansadas as Províncias do Rio da Prata dos horrorosos males que sofrem desde o primeiro extravio dos que por um erro de sua imaginação exaltada, as reduziram a este estado deploravel, e de que o desejo de que se restabeleça nelas a tranquilidade por meio do governo paternal do rei nosso senhor, é o que o move a dar esse passo, devo dizer que o mesmo augusto senhor está disposto a volver a admitir no seio da nação espanhola, como a seus demais vassallos, aos habitantes das Províncias do Rio da Prata, esquecendo inteiramente tudo que nelas se passara desde o ano de 1810...”

O rei assegurava a vida e a propriedade de todos os habitantes. O governo de Buenos Aires prepararia a opinião pública, imprimiria um manifesto explicando que, para evitar maiores desgraças, era necessário

“voltar ao domínio de Sua Magestade”.

O governo continuaria mandando em carater interino e em nome do rei. As coisas deviam voltar

“ao estado que tinham em 1808, empunhando a bandeira espanhola, fazendo com que a imprensa usasse sempre de linguagem correspondente a estes sentimentos e que desaparecessem de pronto a escarapela e as armas e demais signos da revolução”.

Logo, o governo poderia enviar deputados

“para implorar a poderosa proteção da augusta irmã de Sua Magestade, a rainha fidelíssima ao lado do rei nosso senhor, e para entender-se com esta Legação”.

O general Joaquín de la Pezuela ocuparia, em seguida, a Buenos Aires e todas as províncias e trataria

“a seus habitantes de modo que o rei ficasse seguro de sua voluntária submissão”.

Por último, o encarregado dos negócios espanhóis assegurava a Manuel José García que o rei queria que ele estava autorizado a recompensar as pessoas que

“tivessem tido o maior empenho em promover e estabelecer a submissão voluntária destas províncias à sua soberania”.

Manuel José García vivia com o temor permanente de que os portugueses e espanhóis se aliassem para reconquistar Buenos Aires. Em um informe a Pueyrredón, datado do Rio de Janeiro em 27 de abril de 1817, dizia que a Espanha podia transportar suas tropas a um ponto da costa argentina e que

“só a probabilidade de que tal suceda nos obrigará a ter sempre um exército em Buenos Aires o qual debilitará ou prolongará as operações no Perú cujo exército, se lhes dermos tempo, sem dúvida, será reforçado”.

O desejo de chegar ao Perú, tão firme em Pueyrredón, era explorado por García para enche-lo de temores. No documento reproduzido por Piccirilli lemos o arrazoado que García fazia a Pueyrredón, para convence-lo:

“Se nos colocarmos ao lado do Brasil, sua respeitabilidade nos será de grande utilidade para acabar nossa contenda com a Espanha. Se nos declararmos seus inimigos será necessário preparar mais forças para eles do que para os espanhóis, e mesmo que os obriguemos a abandonar os campos do lado Oriental não é provavel que nos deixem o mar”.

García foi sempre muito amigo das autoridades portuguesas. Não se sabe com exatidão o porque deste fato, na verdade inexcrutavel.

Em outra carta de García a seu pai, datada do Rio de Janeiro a 25 de abril de 1817, dada a conhecer também por Piccirilli, lhe dava conta de que

“o conde dos Arcos fez coisas muito boas: entre outras acaba de enforcar sem cerimônias a um clérigo que vinha com Apostolado à Baía com milhares de cartas maçônicas de Pernambuco. Isto assustou a muitos padres que se acreditavam invulneráveis”.

Esta é mais uma revelação da influência enorme que tinha a maçonaria naqueles tempos e lugares. E outra prova de que não faltavam clérigos na maçonaria; porém, esta comprovação não deve fazer supor como acreditava um coronel improvisado em historiador, que a Igreja e o Papa autorizavam aos sacerdotes a usar sobre seus hábitos as insígnias maçônicas.

O panorama político argentino foi visto com precisão pelo embaixador russo no Rio de Janeiro, Pedro Balk Poleff, chegado ao Brasil em maio de 1817. A 16 de julho desse ano escreveu um memorial para o Imperador Alexandre da Rússia que Ricardo Piccirilli imprimiu e que é preciso analisar para que não se ignore nada de como era vista e julgada a história da nossa independência.

O embaixador russo começa por recordar que em Buenos Aires era mal visto o ministério de Manuel Godoy, Príncipe da Paz. Não fala de uma revolução no Rio da Prata, porém, na Espanha. Quando se realizou esta

“imortal revolução”, “os povos do Prata seguiram unanimemente o exemplo sublime de seus compatriotas, o nome de Fernando ali era um talismã irresistível. Tudo confundia-se com ele: o sentimento generoso pela inocência oprimida, o ódio contra o favorito corrompido, a vingança contra o usurpador pérfido, finalmente, esse culto tão caro aos espanhóis, de amor e de lealdade para com seus reis; porém, através desse tropel de sentimentos e de idéias que inflamavam os espíritos, se abria também a perspectiva de ver estabelecer-se de pronto a liberdade de comércio e de indústria, com participação igual aos privilégios e direitos nacionais da Mãe Pátria”.

Quando o autor, há muitos anos, sustentou pela primeira vez estas mesmas idéias, a reação dos historiadores tradicionalistas foi unânime e violenta. Combateram-nos por expor uma interpretação que não coincidia com os esquemas oficiais de tempos de ódio e ignorân-

cia. Mais tarde, quando multiplicamos as provas do que afirmávamos, se fez o silêncio e, lentamente, foram repetindo nossas conclusões sem nos mencionar. O conde Balk Poleff ouviu inúmeras testemunhas, foi informado com absoluta precisão, e expôs em síntese acertada, fatos concretos e verdades que as investigações históricas modernas confirmam de modo mais amplo. É assim quando recorda a criação do Conselho de Regência em Cádiz, o Cabildo de 22 de maio, feito com

“autorização” do vice-rei, e a formação de “uma junta semelhante à de Espanha”, “para governar em nome do rei e velar pela segurança do país”. Expõe como “os chefes, gente de Godoy ou da Junta Central, chegaram a ser odiados porque propuseram oficialmente a idéia de seguir em tudo o destino da Espanha, ainda sob o jugo de Napoleão”.

O conde russo alude à proclamação de Liniers, ao trabalho dos godoyistas argentinos, à oposição que surgiu imediatamente entre conselhistas e juntistas. A palavra revolução e, sobretudo, contra a Espanha, não aparece nem como exceção. É uma lenda criada tempos depois e que nossos eminentes historiadores tem repetido com gosto durante século e meio. A oposição foi contra o conselho e contra os partidários de Napoleão. Por isso, foram condenados à morte os opositores, verdadeiros revolucionários, do interior, quer dizer, de Córdoba, e por isso a Regência de Cádiz declarou guerra ao governo de Buenos Aires.

“Apesar disto — continúa o embaixador russo — o governo do Prata reconheceu sempre a autoridade legítima do rei Fernando sem deixar escapar nenhuma ocasião favorável para tratar de tomar e retomar as vias conciliatórias com a Mãe Pátria”.

O conde recorda os armistícios com os espanhois de Montevideo e as delegações enviadas à Espanha cuja história tem sido bem estudada nestes últimos anos e que o autor expôs mais de uma vez. Foi a indiferença espanhola, o empenho de Fernando em manter-se no absolutismo, o que levou à declaração da independência. É esta a tese que temos defendido frente ao ceticismo de nossos ilustres colegas. Agora o embaixador russo, nos dá a mais ampla razão:

“O povo, assim reduzido ao desespero e convencido da impossibilidade de outro recurso que não o das armas declarou sua independência absoluta da Mãe Pátria a 9 de julho de 1816”.

Por último, o embaixador Pedro Balk Poleff expôs o propósito argentino destes instantes: chamar um príncipe da casa real da Espanha

“para que venha a governar as comarcas do Rio da Prata e do Chile de acordo com as leis constitucionais e com a garantia das potências da Europa”.

Note-se um detalhe, uma palavra, que tem mais importância que muitas páginas explicativas. O governo de Buenos Aires propunha um governo monárquico, com um príncipe espanhol, contanto que governasse com uma “Constituição”, com “leis constitucionais”. O ideal da Constituição é o motivo constante, a força ininterrompida, o propósito insuperado da política e da história dos liberais americanos. Negar esta esperança, este ideal fundamental de nossa história, de todas nossas lutas, é ignorar tolamente o desenvolvimento de nosso passado. E opor-se ao seu cumprimento, como fez Rosas, é atraí-lo ignominiosamente a alma, o fim da argentinidade.

O conde Balk Poleff nos faz saber outra verdade: o repúdio das idéias e princípios da Revolução francesa de 1789. Antigamente pensou-se em nossa pátria e em outros países americanos que a Revolução francesa tinha influido no nosso desenvolvimento histórico. Paul Croussac e Ricardo Levene reagiram contra essa crença. Eram homens de estudo, familiarizados com a documentação dos arquivos, e sabiam muito bem que jamais se sentiu tal influência em nossas origens independentes. O autor ampliou suas provas ao fundar sistematicamente o estudo da história das idéias políticas em nosso país — hoje tão vulgarizado e extenso —; porém, como de costume, a incredulidade e a oposição não deixaram de mostrar-se, em particular entre os historiadores de escassa cultura humanística. Agora, o conde russo Balk Poleff nos diz que, na Argentina, os corpos representativos

“não quiseram publicar uma Constituição por temor que nela aparecessem os erros das Assembléias francesas e as idéias exageradas das Cortes de Espanha...”

A antipatia pela Revolução francesa era, como vemos, constante, inquebrantável.

O projeto de

“um príncipe da casa real da Espanha reinando sobre a família espanhola da América”,

tão defendido pelo governo de Buenos Aires, era o mesmo que Carlos IV tinha tentado implantar e que havia defendido largamente Manuel Godoy, o Príncipe da Paz. Sua realização teria mantido unidos os governos da América e da Espanha. As guerras pela independência e da anarquia não se teriam produzido e a história desta parte do mundo teria sido, indubitavelmente, muito diferente; porem, a traição napoleônica mudou o destino do mundo ocidental e a intransigência, o estúpido absolutismo, em que se manteve Fernando VII, sustentado por uma série de homens imprestáveis e servís, fez como que a Espanha perdesse a América.

Ricardo Piccirilli enriquece a história argentina com outros portadores preciosos e curiosos. Exibe a carta do encarregado de negócios inglês no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, datada de 15 de novembro de 1817, na qual fala de um tal Latapie, antigo tenente coronel do exército de Napoleão que tinha entrado na conspiração,

“não tanto por um sentimento de hostilidade ou má vontade para com o rei de Portugal, mas, abrigando a esperança de estabelecer um porto independente ao sul da linha, de onde poderia posteriormente levar a cabo com grande facilidade seu último e real desígnio, nada menos que a libertação do General Bonaparte de Santa Helena, dizendo que todos os chefes franceses que serviram sob suas ordens e tinham ido para a América estavam decididos a fazê-lo, e que, primordialmente, em dívida para com ele por tudo, que possuíam, nunca deixariam de considera-lo como seu soberano...” Além disso, o projeto de libertar Napoleão seria levado a cabo com botes a vapor”.

Devemos recordar que Napoleão negou-se a utilizar navios a vapor para invadir a Inglaterra — feito que lhe teria significado domínio inquestionável no mundo — porque esta idéia lhe fora dada por um modesto engenheiro norte-americano chamado Robert Fulton.

A persistência na traição de Carlos Alvear é um fato que os historiadores argentinos têm preferido não aprofundar ou mencionam de forma velada. Piccirilli dá outras provas que confirmam as divulgadas há anos por outros historiadores. É a carta do embaixador espanhol no Rio de Janeiro, o conde de Casa Florez, datada de 7 de maio de 1818. Refere-se, nela, ao excelentíssimo d. José García de León y Pizarro que quando foi encarregado da Legação

“solicitou, nessa corte, falar com dona Joaquina Camacho, a quem conhecia pelo motivo de um seu tio ter sido amigo particular de meu pai”.

Soube por ela que uma de suas filhas estava casada com Carlos de Alvear e desejava que protegesse a seu genro e à sua filha. Casa Florez prometeu o que pode e

“o resultado foi solicitar Alvear uma permissão para vir ver-me em minha casa, o que se verificou uma noite. Falamos de sua situação e dos antecedentes, que eu fora instruído por sua mãe, a qual me dera e que conservo em meu poder, uma cópia da representação que, com data de 25 de agosto de 1815, escreveu Alvear ao encarregado desta Legação, d. André de Villalba, solicitando o perdão de Sua Magestade e poder voltar à Península, cujo original e demais antecedentes sobre a matéria devem existir no arquivo dessa primeira Secretaria de Estado”.

Casa Florez aconselhou-o a apresentar ao rei uma segunda súplica e que,

“para conseguir a piedade do rei nosso senhor era preciso que suas palavras fossem acompanhadas de fatos”.

Alvear retorquiu que se suas palavras tivessem sido ditas em outra época

“teriam surtido bom resultado, porém que com as vantagens conseguidas por San Martín no Chile os de Buenos Aires estavam com a disposição de não ouvir nada. Disse isso com sinceridade, pois, efetivamente era assim”.

O conde de Casa Florez, natural de Buenos Aires e embaixador espanhol, lamentava, junto com o outro crioulo, Alvear, os triunfos de San Martín no Chile que mudaram os ideais dos políticos de Buenos Aires, em outros tempos capazes de qualquer coisa. Alvear terminou por não apresentar a segunda súplica. Mandou sua mulher a Buenos Aires, receber uma herança,

“e posteriormente se fez nesta corte o apóstolo dos revolucionários, em companhia de um tal Lezica, irmão do que está em Buenos Aires”.

A razão desta mudança era simples: Alvear advertiu que o perigo de um domínio espanhol na América, momentaneamente, havia passado e, além do mais, se apresentava a possibilidade de tornar a subir na política. Diz o conde de Casa Florez:

“O objeto de sua viagem era colocar-se à testa de um partido de que devia ficar abaixo do de Pueyrredón”.

Entretanto, no horizonte levantava-se a ameaça da expedição espanhola. Piccirilli transcreve um parágrafo da carta de Manuel José Garcia a Felipe Arana, datada de 8 de janeiro de 1819, na qual diz:

“O estado da Espanha está horrível; no meio da miséria e das ruínas só se divisa um jovem monarca desalentado e furioso, maltratando e destruindo tudo quanto tem à mão em acessos frequentes de raiva e desespero. Resolveu enviar contra o Rio da Prata uma formidável expedição: cinquenta são os navios de guerra destinados a esta grande armada. O infatigável e animoso Cisneros não pisará Madri, sinão levando ao seu rei a nova de já haver saído a grande esquadra de cuja equipagem está encarregado...”

Os esforços dos diplomatas argentinos na Europa foram vãos. O clérigo José Valentin Gómez, tão vinculado aos maçons, fracassou totalmente em Paris. Só os trabalhos secretos da maçonaria argentina e espanhola, com os emissários de Pueyrredón, Lezica e Arguibel em Gibraltar e Cádiz, lograram êxito incomparável. Ao mesmo tempo, os caudilhos derrubaram o Congresso que tinha desterrado dias antes a Pueyrredón e a Tagle, e Manuel de Serrates, que propusera com tanta insistência a criação de uma grande monarquia no Sul do continente americano, acusou a seus antigo amigos de alta traição, a 14 de março de 1820, por terem sustentado na Europa os seus mesmos ideais monárquicos. As traições se acumularam e os traidores rebuscavam no caos à procura de uma salvação: era um caos de onde sairia a luz separada por Deus das trevas (*Génesis*, I, 3 e 4).